



Revista Jurídica da Advocacia Geral do Estado MG, v.6, n.1/2,

jan./dez 2009

- Prescrição bienal em face da Fazenda Pública: uma contribuição e um desafio para a advocacia pública** Páginas:9 a 20
Augusto Carlos Borges do Nascimento Total de páginas:11
- O protesto da certidão de dívida ativa como corolário do princípio da eficiência** Páginas:21 a 38
Aurélio Passos Silva Total de páginas:17
- A condenação em honorários advocatícios no julgamento da exceção de pré-executividade** Páginas:39 a 52
Bruno Matias Lopes Total de páginas:13
- Direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas: análise da evolução jurisprudencial desde o Enunciado nº 15 da Súmula do STF** Páginas:53 a 64
Cristina Andrade Melo Total de páginas:11
- O silêncio no ato e no negócio jurídico** Páginas:65 a 76
Érico Andrade Total de páginas:11
- A revisão de erro material no momento do pagamento do precatório judicial** Páginas:77 a 88
Fábio Murilo Nazar Total de páginas:11
- Ação civil pública e as obrigações de fazer e não fazer no âmbito do sistema carcerário no Estado de Minas Gerais: requerimento de suspensão de eficácia de liminar e de sentença: posição da Corte Superior do Tribunal de Justiça de Minas Gerais** Páginas:89 a 98
Leonardo Oliveira Soares Total de páginas:11
- Contratualização de resultados na Advocacia Pública: a experiência da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais** Páginas:99 a 122
Maria Tereza Marques Corrêa Total de páginas:23
- Efetividade do processo e cláusulas abertas do artigo 273 do código de procedimentos: discricionariedade do Estado-juiz?** Páginas:123 a 140
Nilza Aparecida Ramos Nogueira Total de páginas:17

O Supremo Tribunal Federal como corte constitucional e a objetivação do controle difuso de constitucionalidade

Rafael Augusto Baptista Juliano

Páginas:141 a 152
Total de páginas:11

O paradigma processual ante as seqüelas míticas do poder constituinte originário

Rosemiro Pereira Leal

Páginas:153 a 164
Total de páginas:11

Propriedade intelectual e direito de acesso aos bens culturais na sociedade da informação

Sávio de Aguiar Soares

Páginas:165 a 172
Total de páginas:7

A utilização do CADIN como meio alternativo de cobrança do crédito tributário

Tháísa Ferreira Amaral Gomes, Pedro Lucas de Moura Palotti e Priscilla Guedes Castilho da Silva

Páginas:173 a 188
Total de páginas:15

A definição, o conceito e a natureza jurídica do tributo: tarefas a serem diferenciadas pelo estudioso do direito tributário

Tiago Maranduba Schroder

Páginas:187 a 208
Total de páginas:21

Prescrição intercorrente: decretação de ofício pelo juiz e início da contagem do prazo em relação ao sócio administrador

Wanderson Mendonça Martins

Páginas:209 a 216
Total de páginas:7